

MULHERES TRABALHADORAS E MEIO AMBIENTE: UM OLHAR FEMINISTA NO SINDICALISMO

MARIA BERENICE G. DELGADO
MARIA MARGARETH LOPES

"Decididamente, a CUT fez bonito na ECO-92. Fomos a única Central Sindical do país a estar presente como observadora na Conferência Oficial, ao mesmo tempo em que participávamos ativamente do Fórum Brasileiro, do Fórum Internacional e do Fórum Global das ONGs"

Rosiver Pavan, Secretária Nacional de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores.

A questão ambiental veio de fato para ficar também no sindicalismo. Estimulado pela realização da ECO-92 e, antes disso, pelo impacto do assassinato de Chico Mendes – que chamou a atenção para a articulação entre ecologia e organização sindical – o movimento sindical, particularmente a CUT, integrou-se ao debate e à formulação de proposições sobre meio ambiente e desenvolvimento. A Conferência da Sociedade Civil realizada em junho último no Rio foi um importante catalisador das ações, lutas, denúncias e organização do movimento sindical, mas as preocupações e práticas sindicais vinculadas à questão ambiental já se acumulam há anos em vários setores. A própria experiência de Chico Mendes, que levou à unificação dos seringueiros e povos indígenas na Aliança dos Povos da Floresta em defesa da Amazônia, da vida e do trabalho na região, é referência basilar desta trajetória sindical de percepção das conexões entre preservação ambiental e lutas sindicais.

Outros exemplos devem ser citados, como a atuação conjunta da CUT, de movimentos sociais, pacifistas e ecológicos, e do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, contra a instalação da usina de enriquecimento de urânio da Marinha para produção do motor e do combustível para seu submarino nuclear; a atuação da Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens, criada em 1979, em Santa Catarina, que envolve fundamentalmente trabalhadoras e trabalhadores rurais que lutam pela terra e pelo respeito aos direitos dos povos indígenas, além de questionar os efeitos sócio-ambientais das barragens; e as ações dos trabalhadores e trabalhadoras químicas do ABC, que lutam há anos contra os riscos ambientais decorrentes da poluição provocada pelas empre-

sas, articulando-se recentemente com os movimentos populares e ambientalistas da região, por entenderem que os riscos ambientais são coletivos e não limitados ao espaço confinado da fábrica.

Interessa-nos destacar a experiência das quebradeiras de coco babaçu, que são 300 mil mulheres em áreas de babaçuais, principalmente no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Seu trabalho se baseia na extração de amêndoas do coco babaçu (vendidas, em sua maioria, às grandes indústrias de óleo) e de cascas (utilizadas para a produção de carvão).

Nos últimos anos, as quebradeiras e os pequenos produtores rurais, através dos sindicatos de trabalhadores rurais, têm criado núcleos e associações comerciais em torno da produção e da comercialização dos produtos extraídos do coco.

O saldo mais positivo desse trabalho foi a eliminação do intermediário e a conseqüente queda dos preços destes produtos, beneficiando consideravelmente os trabalhadores (e as trabalhadoras) e as populações locais. Além disso, esse trabalho traz conseqüências positivas para o meio ambiente, uma vez que é dele que sai o sustento da população local¹.

Estas e outras experiências, multiplicadas por todo o país, encontram agora, no âmbito da CUT, canal de expressão e globalização, na perspectiva da construção de uma política sindical sobre meio ambiente e desenvolvimento. Há mais de um ano foi criada na Central a Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNMA), vinculada à Secretaria Nacional de Políticas Sociais, que teve destacado papel tanto na preparação quanto na intervenção da CUT na ECO-92. As formulações da CNMA, definindo o perfil da análise a ser adotada sobre meio ambiente e desenvolvimento, transformaram-se, em setembro de 1991, em resoluções do IV Congresso Nacional da CUT:

(...) o movimento sindical cumpre um papel decisivo no sentido de aliar as experiências e conhecimentos dos trabalhadores (e trabalhadoras) à necessidade de formulação de uma alternativa democrática de desenvolvimento econômico, alterando a distribuição de renda, buscando o atendimento das reivindicações dos trabalhadores (e trabalhadoras). (...) A luta econômica e social, vivida no cotidiano do movimento sindical, só terá eficácia se tiver uma perspectiva política mais ampla, que englobe as mudanças nas relações de poder, gestão, mentalidade, ética e que incorpore a vertente ecológica (e de gênero)².

1. Central Única dos Trabalhadores. Sindicalismo e meio ambiente. São Paulo, maio 1992.

2. Os acréscimos referentes às trabalhadoras e à questão de gênero são das autoras, porque a linguagem sindical ainda não superou a consideração do masculino como sinônimo de universal.

Outra iniciativa cutista, voltada à unificação de ações sindicais no âmbito da questão ambiental, com destaque para as articulações entre saúde, condições de trabalho e meio ambiente, foi a criação do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), que desenvolve pesquisas e formação na área, desde a composição de mapas de risco ambiental em regiões-chaves do território brasileiro, até campanhas nacionais contra a utilização do benzeno na indústria e contra a silicose, entre outras ações.

A ação das trabalhadoras

A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT) participa tanto da CNMA quanto do INST. A nosso ver, não basta apenas constatar que o movimento sindical traz um lastro histórico como instituição predominantemente masculina; é preciso estar dentro dele construindo um novo olhar sobre as questões que atravessam o sindicalismo: um olhar de gênero, um olhar feminista.

Nossa atuação tem se dado no sentido de, nestes espaços, chamar a atenção para a necessidade de o movimento sindical reconhecer as mulheres como sujeito político e, ao elaborar posições e propostas de atuação, considerar sempre a dimensão de gênero como um dos aspectos a incidir sobre tais formulações. Assim, na CNMA, introduzimos o debate das temáticas levantadas pelos movimentos de mulheres sobre o meio ambiente – como a questão demográfica e populacional – e apresentamos o ponto de vista e as formulações políticas destes movimentos, nos quais se inserem as mulheres organizadas no movimento sindical.

Ao mesmo tempo, participamos das iniciativas da CUT/CNMA, tais como o Seminário sobre Sindicalismo e Meio Ambiente, no qual houve um painel sobre Mulher e Meio Ambiente, e da Conferência Nacional sobre Sindicalismo e Meio Ambiente. Estivemos também presentes na Conferência Sindical Internacional sobre Meio Ambiente e Modelos de Desenvolvimento, organizada pela Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e Organização Regional de Trabalhadores (ORIT), prévia à ECO-92. Além de participarmos, na própria ECO-92, dos debates sindicais e do Planeta Fêmea.

No INST, a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora estimulou, desde sua criação, a incorporação da questão de gênero às análises sobre saúde e condições de trabalho. Hoje existe consolidado no instituto o grupo de trabalho sobre saúde da mulher, que busca interferir nas áreas gerais de atuação do INST, além de desenvolver atividades próprias de pesquisa e formação sobre mulher, saúde e ambiente de trabalho. As atividades de formação buscam ser espaços para a instrumentalização de sindicalistas para o levantamento, por local de trabalho, das condições de

saúde das trabalhadoras, visando dar consistência às intervenções do movimento sindical³.

Durante o II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, organizado pela CUT, em junho de 1991, a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e o GT – Saúde da Mulher realizaram uma pesquisa sobre o perfil da saúde das lideranças sindicais presentes ao evento. Esta pesquisa, a ser publicada, mostrou algumas evidências importantes sobre a relação entre trabalho e saúde reprodutiva da mulher que informam novas dimensões da prática sindical. Por exemplo, das 69 entrevistadas, 25 disseram já ter feito aborto, 20% das quais para manter o emprego. Para 80% das lideranças, as diferentes maneiras de controlar o uso dos banheiros nos locais de trabalho interferem na experiência menstrual.

A pesquisa, embora inicial, revela a necessidade de uma metodologia de investigação das condições de trabalho e seus efeitos diferenciados na saúde das trabalhadoras, o que exige o conhecimento dos locais de trabalho e o levantamento das vivências e percepções das próprias trabalhadoras. Busca-se, assim, contribuir para a CUT avançar além da defesa econômica dos direitos das trabalhadoras, no estabelecimento do nexo vital entre produção e reprodução e a defesa do direito ao corpo, à saúde e feminilidade no ambiente de trabalho⁴.

Mulher Trabalhadora e Meio Ambiente: um potencial a desvendar

As experiências anteriormente relatadas são reveladoras de uma preocupação sindical de superação do discurso e passar à construção de práticas concretas que comprometam de fato o sindicalismo com aquelas afirmações que constam de seus princípios e resoluções políticas.

No sindicalismo internacional, ainda são poucas as reflexões sobre mulher e meio ambiente. Aparecem-nos, mais explicitamente, apenas as resoluções da 5ª Conferência Mundial da Mulher, realizada pela CIOSL, em abril de 1991, que incluem um item sobre A Mulher no Desenvolvimento, o qual destaca a necessidade de reconhecer plenamente o papel das mulheres e sua contribuição à economia nos países em desenvolvimento, para que alcancem um desenvolvimento sustentável; e chama a atenção para o trabalho das mulheres na área rural, já que em muitos países são as principais responsáveis pela produção e elaboração dos alimentos⁵.

3. Mulher, saúde e trabalho. *Revista INST*, nº 6, dez./91-jan./92. São Paulo, p. 17.

4. Perfil da saúde da mulher trabalhadora. *Revista INST*, nº 7, março-abr. de 1992. São Paulo.

5. "Igualdad: el desafío constante – estrategias para el éxito. Conclusiones y recomendaciones". V Conferencia Mundial de la Mujer. Compañeras. nº 8 e 9, Depto. de La Mujer Trabajadora CIOSL/ORIT. Mexico, fev.-mai 1991.

A nosso ver, há um imenso potencial de conexões entre mulher trabalhadora e meio ambiente ainda a ser desvendado. Algumas destas conexões podem ser identificadas se tomamos a situação das mulheres trabalhadoras no campo e na cidade. E ressaltamos aqui que ao falarmos de mulher trabalhadora, estamos, de certa forma, restringindo o nosso universo, pois consideramos em linhas gerais aquelas mulheres que são público de alcance sindical. Aí ficariam praticamente excluídas – porque o sindicalismo ainda não deu conta de atingi-las – as trabalhadoras do mercado informal e as trabalhadoras a domicílio, que não têm vínculo empregatício regular. Ao mesmo tempo, se superarmos a visão limitada do trabalho como relação assalariada, chegaremos ao trabalho doméstico, não remunerado, realizado por todas as mulheres no espaço da família e à conclusão, óbvia, de que todas nós somos trabalhadoras.

Aliás, a estreita articulação entre o trabalho doméstico e o remunerado aparece nas formas de exploração da mão-de-obra feminina, como no caso das trabalhadoras rurais. Os censos demográficos brasileiros registram como donas-de-casa (portanto, não trabalhadoras) as mulheres que trabalham na pequena produção familiar, o que levou os movimentos de mulheres agricultoras a desencadear uma campanha prévia ao Censo-91 sob o lema "Mulher trabalhadora rural: declare sua profissão".

As mulheres são responsáveis por parcelas consideráveis da produção agrícola na maioria dos países pobres, mesmo que, de país para país, suas responsabilidades variem de acordo com as culturas locais. Na África, 70% dos alimentos são produzidos por mulheres; na Ásia, essa proporção atinge 50 a 60% e na América Latina é em torno de 30%. No Paquistão, por exemplo, 60 a 80% da alimentação e ordenha do gado são responsabilidade das mulheres; no Quênia, a porcentagem de mulheres chefes de família nas áreas rurais é de 60%; na Índia e na Indonésia as mulheres são em grande medida responsáveis pelos cultivos de arroz; e na Malásia e no Sri Lanka elas são mais da metade da força de trabalho empregada na coleta das folhas de chá e nas plantações de borracha. Na América Latina, a mão-de-obra feminina é amplamente empregada na colheita de café e na seleção de sementes, com a justificativa de que estas tarefas exigem dedos ágeis e dedicação para trabalhos repetitivos e tediosos. Na Colômbia, as mulheres são 70% das trabalhadoras assalariadas na horticultura e no cultivo de flores e trabalham em estufas grande parte de seu tempo, ficando sujeitas a condições insalubres, expostas a produtos químicos tóxicos e a alergias causadas por pólenes e fungos de esporos. No México, cada vez mais as mulheres vêm substituindo os homens, que migram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, em tarefas anteriormente consideradas masculinas⁶.

6. RODDA, A. Women and Environment. London. Zed Books. 1991, 180 p.

Apesar de as estatísticas internacionais evidenciarem a presença dominante das mulheres no campo, elas mostram também que nas áreas onde as modernas tecnologias de mecanização agrícola são introduzidas, a demanda pelo trabalho feminino diminui, assim como nos planejamentos de projetos de desenvolvimento são os homens, em sua maioria, que têm acesso a treinamentos, créditos e novas tecnologias.

No Brasil, o trabalho no setor agropecuário representa a segunda maior fonte de participação feminina no mercado de trabalho, superada apenas pelo setor terciário. Em 1980, 14% da população economicamente ativa feminina estava no campo. E as questões ambientais têm estado presentes entre as trabalhadoras rurais brasileiras. No 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais da CUT (maio de 1990), as delegadas identificavam entre as maiores dificuldades encontradas em suas comunidades a ausência de infra-estrutura básica (saneamento, estradas, escolas, hospitais, etc.), a seca, a destruição da natureza e a utilização de agrotóxicos⁷.

As trabalhadoras urbanas também enfrentam condições de trabalho prejudiciais à sua saúde física e psicológica, que interferem, igualmente, na sua saúde reprodutiva. Há setores em que tais efeitos ficam mais claros, como, por exemplo, a indústria química e farmacêutica, que têm cerca de 30% de mão-de-obra feminina e onde as mulheres convivem com produtos químicos e hormônios; o setor financeiro, que já tem cerca de 40% de mulheres, sujeitas, por exemplo, às lesões por esforço repetitivo devido ao trabalho de digitação, majoritariamente feito por elas. Como consequência do processo produtivo, para a comunidade, ocorre o aumento de doenças degenerativas, causadas por excesso de poluição de determinadas indústrias. O nascimento de crianças sem cérebro significa que também as mulheres que as geram carregam em seu organismo efeitos nocivos dos poluentes.

Algumas experiências iniciais de articulação entre as mulheres dentro da fábrica e as moradoras do bairro, na luta contra a poluição ambiental causada pelas indústrias, têm revelado um caminho importante de resistência à degradação ambiental e de consciência do direito à qualidade de vida⁸.

É importante lembrar, finalmente, que o debate sobre política populacional e controle demográfico, ponto central de atenção dos movimentos de mulheres e que teve destaque no Planeta Fêmea, preo-

7. LAVINAS, L. e CAPPELLIN, P. Perfil das delegadas sindicais que participaram do 1º Congresso do DNTR/CUT. Mulheres Trabalhadoras Rurais, participação e luta sindical. CUT/CEDI, maio 1991.

8. DELGADO, M.B. As mulheres trabalhadoras, o sindicalismo e o meio ambiente. Mulher e Meio Ambiente. CIM/CEDI, março de 1992.

cupa as trabalhadoras. Concordamos com a Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável:

"Cientes de que a principal causa da degradação ambiental são os poluentes industriais e militares, dejetos tóxicos e sistemas econômicos que exploram e usam mal a natureza e os povos, sentimos-nos insultadas com a sugestão de que as taxas de fertilidade feminina (eufemisticamente chamadas pressões populacionais) sejam as responsáveis"⁹.

As políticas de controle demográfico incidem sobre as mulheres pobres do Sul, de forma impositiva e autoritária. São mulheres às quais não se oferecem informações e acesso a todos os métodos contraceptivos, o que lhes possibilitaria uma opção real a respeito de sua própria reprodução. Premidas pelas precárias condições de sobrevivência e pelo desejo de limitar o número de filhos, essas mulheres se tornam alvo fácil das ações controlistas.

A esterilização indiscriminada de mulheres que se faz no Brasil, denunciada pelo movimento de mulheres e objeto de uma CPI no Congresso Nacional, é um exemplo dessas ações. Segundo o IBGE (1986), das mulheres casadas ou unidas com idade entre 15 e 45 anos no Brasil, 71% utilizam algum anticoncepcional, índice semelhante ao dos países desenvolvidos (70%). No entanto, enquanto apenas 7% dessas mulheres nos países desenvolvidos estão esterilizadas, em nosso país este índice chega a 44%. A esterilização se tornou entre nós critério de admissão no emprego, sendo exigida por muitas empresas e usinas às mulheres que buscam trabalho.

Desafios

Apesar dos avanços iniciais quanto à questão mulher e meio ambiente, as relações de gênero – 'a questão da mulher' – permanecem em sua grande maioria, no movimento sindical, um assunto de mulheres. O sindicalismo é, ainda, uma estrutura predominantemente masculina e as iniciativas locais e de outros países visando superar esta marca secular têm conseguido mudanças importantes, mas não suficientes para transformar plenamente o espaço sindical em lugar de mulheres e de homens.

Além de ser até hoje dirigido majoritariamente por homens – embora as mulheres sejam quase metade da classe trabalhadora – o sindicalismo como um todo não superou a análise da própria classe trabalhadora como sujeito único, sem diversidades. Entendemos que o corte de gênero é fundamental para a compreensão das relações sociais e da maneira pela qual o

9. Mulheres por um planeta saudável: Agenda 21. Resoluções do Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável. IPAC, Miami, EUA. nov. 1991.

capitalismo se realiza e se reproduz, explorando de maneira diferenciada a classe trabalhadora a partir do sexo dos sujeitos desta classe. Mas para um grande setor do sindicalismo este ainda é um discurso estranho e até mesmo herege; há quem reaja a ele com hostilidade, reivindicando a classe como única e a análise de gênero como antagônica à construção de um projeto estratégico para o movimento sindical. Para os/as sindicalistas que não ultrapassaram este raciocínio limitado e estático, não cabem, obviamente, políticas de gênero – seja em relação ao enfrentamento da desigualdade entre mulheres e homens que persiste no âmbito do mercado e das relações de trabalho, seja em relação à superação das desigualdades que se reproduzem no interior das próprias organizações sindicais, como, por exemplo, a gritante exclusão das mulheres das instâncias decisórias.

A existência das estruturas criadas para formular e propor políticas de gênero ao sindicalismo (comissões, secretarias, etc.); a luta interna para modificar a dinâmica das relações sindicais entre mulheres e homens (como a proposta de adoção de uma quota mínima de participação das mulheres nas instâncias de direção, em pleno e vigoroso debate na CUT) e a melhoria das condições de participação das mulheres na vida sindical (como a luta por creches nos eventos sindicais, pela eliminação da linguagem sexista nos veículos de comunicação dos sindicatos, por campanhas de sindicalização dirigidas às trabalhadoras, etc.) fazem parte do conjunto de esforços que buscam introduzir e consolidar o ponto de vista de gênero como dimensão necessária e estratégica de um projeto sindical que se pretende democrático, igualitário e comprometido com transformações sociais.

Nesta perspectiva insere-se também a questão das trabalhadoras e do meio ambiente: pensar globalmente sobre o meio ambiente e o desenvolvimento significa ao nosso ver pensar na perspectiva das trabalhadoras e dos trabalhadores, desvendando suas diferenças e atuando a partir delas. É este olhar que reivindicamos ser incorporado, para que se construa um sindicalismo que represente plenamente as mulheres e as reconheça como sujeito político e cidadãs, preocupadas com a sobrevivência do planeta e portadoras de uma poderosa força para a mudança.